



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0929A/03	DATA: 08/07/03
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 17h20min	DURAÇÃO: 02h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h02min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 25
REVISÃO: Marlúcia, Silvia		
CONCATENAÇÃO: Letícia		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO RAMAZZINI – Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Combate à Falsificação — ABCF.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação.  
Há expressão ininteligível.  
Há exibição de vídeo.  
Há oradores não identificados.  
Grafias não confirmadas: Ricley, Tamaso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Havendo número regimental, declaro abertos os nossos trabalhos. Queria agradecer ao Fernando Ramazzini, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, a presença. O Dr. Fernando Ramazzini tem uma folha de serviços prestados ao Brasil muito grande no combate à sonegação, no combate à falsificação. O que ele já conseguiu botar na prisão, botar na cadeia, desse setor do crime organizado, que é a pirataria... É impressionante o número de setores que ele desmantelou. Grandes serviços prestou ao Brasil. Quero agradecer-lhe a presença aqui. Nós vamos fazer em duas partes: primeiro, o seu depoimento, e, depois, nós vamos fazer uma reunião reservada aqui com os Deputados, para tomarmos algumas medidas. Então, eu passo a palavra, com muita alegria, ao nosso amigo, Dr. Fernando Ramazzini, um pioneiro no combate à pirataria e à falsificação no Brasil. Com a palavra o Fernando Ramazzini.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Boa-tarde, meu nome é Ramazzini. Eu sou fundador e Diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação. A nossa entidade é, nada mais, nada menos, que uma entidade associativa sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Justiça, que vem há muitos anos debelando falsificações, promovendo denúncias e realizando trabalhos magníficos desde 1990, quando foi fundada. Eu gostaria de aproveitar o ensejo para dizer aos senhores que estou aqui muito alegre com o convite que me fora feito pelo Deputado e que, além de Presidente desta CPI, é um grande amigo meu. Estou aqui a pedido do Deputado Medeiros, com muita honra. E é uma satisfação poder dizer aos senhores um pouco daquilo que temos feito e o que vem acontecendo sistematicamente no Brasil. Preliminarmente, eu queria dizer que nós atuamos no combate à falsificação de uísques, relógios, lâmpadas, válvulas de automação para a indústria da aviação, válvulas de refrigeração, cigarros, serras industriais, produtos de limpeza, preservativos, óculos de sol, máscaras de segurança, cartões de crédito falsificados, remédios, perfumes, instrumentos cirúrgicos, que é uma das coisas que mais acontece no País. Nós apreendemos cateteres e apreendemos lâminas constantemente. Existe uma máfia por trás disso que será denunciada aqui também. Nós trabalhamos no combate à falsificação de cervejas. Os senhores não estão acostumados a ver, mas, só no mês que passou, nós debelamos 4 fábricas de



cerveja no Brasil, sendo 3 especificamente no Ceará. Nós trabalhamos também com a falsificação de leite de pó, de escovas dentais, bolas de futebol, autopeças, que são uma loucura no País. Aqui se falsificam rolamentos, platinados, velas, bobinas, condensadores e amortecedores. Estou listando esse universo para que os senhores possam entender que nós combatemos a falsificação de materiais de informática, torneiras, baralhos e uma infinidade de outros produtos. Só que eu costumo definir que existem 2 tipos de falsificação: a falsificação, que podemos chamar de altamente nociva, e a falsificação não nociva. Eu reputo como falsificação não nociva uma calça que você compra que, ao ser lavada, vira uma bermuda — paciência —, tornou-se imprestável, mas não lhe causou nenhum problema, a não ser dar um prejuízo ao seu bolso. Eu estou sempre preocupado, e é por isso que há muitos anos não advogo para grifes. Aquelas empresas de grife que eu tinha dentro do nosso escritório, como Reebok, Nike e uma infinidade de outras, eu passei a não mais exercer esse trabalho; tenho dedicado nosso trabalho para as falsificações pesadas — de remédios, de cigarros, de defensivos agrícolas e coisas que os senhores não imaginam, como materiais cirúrgicos e assim por diante. Eu quero dizer aos senhores o seguinte: eu não poderia trazer tudo o que eu tenho para trazer e poder mostrar, mas os senhores terão a oportunidade de ver, porque eu assumi o compromisso com o Deputado Medeiros e com membros desta CPI de que vou criar aqui, na sede da Câmara, possivelmente na entrada, um museu de produtos falsificados, onde nós vamos apresentar os mais diversos produtos falsos e petrechos de falsificação desses produtos, para que todo mundo possa ter idéia do que é a falsificação no Brasil. Eu queria dizer aos senhores que, pegando dados que são oriundos de empresas, grupos e associações, nós conseguimos contabilizar uma cifra de 80 bilhões de reais por ano, que é a cifra que gira com produtos falsificados no Brasil, porque nós estamos em crise; porque, se assim não estivéssemos, essa cifra seria muito maior. Nós sabemos que o Brasil também tem uma carga tributária terrível, e a empresa, quando sofre a falsificação, a primeira coisa que nós temos que pensar é que o produto falsificado atua na clandestinidade, e, lá, ele, por conseqüência, não paga impostos, não emprega ninguém, pelo contrário, desemprega, e ele provoca uma concorrência desleal e aviltante contra o detentor do produto original. Por quê? Porque, só com a carga tributária, se ele



sonegar, já não há concorrência para ele. Não é verdade? O fulano que produz cerveja — em cada unidade, ele ganha muito mais do que a própria indústria. Porque ele compra uma cerveja laica, pela qual ele paga 40 centavos, traveste essa cerveja com um rótulo de Skol, Keiser, Brahma e Antarctica e revende a 1,40, 1,60; então, veja o lucro dele, nem a indústria tem um lucro dessa envergadura. Bom, mas o que acontece é o seguinte: criam-se entidades, criam-se órgãos, criam-se organismos e tal, mas, finalmente, estamos aqui diante de uma CPI. Isso é que é importante. Por quê? Porque a CPI tem um papel fundamental na solução de problemas no País. Ainda que ela possa não alcançar 100% daquilo que ela buscava, se ela encontrar 80% ou 70% de receptividade nos problemas que o Brasil enfrenta, ela já estará dando um grande passo. Eu quero dizer aos senhores que me foram dados 20 minutos. Eu vou tentar expor o mais rapidamente possível tudo, para que a gente também entre em debate. Eu já quero manifestar aos senhores também que me foi dada uma segunda oportunidade pelo Presidente de voltar aqui e concluir as várias denúncias que eu tenho para fazer. Ontem, eu estive na inauguração de uma delegacia no Rio de Janeiro, que é a Delegacia Contra a Pirataria, contra aquilo que se chama pirataria; na verdade, trata-se da repressão aos crimes e materiais. Só que, lastimavelmente, quando se fala em pirataria... O próprio *O Globo* afirmou hoje que “delegacia vai investigar falsificações de CDs”, e não é verdade; a delegacia do Rio foi feita para combater falsificações de inúmeros e quaisquer produtos. Então, esta expressão “pirataria”, na verdade, eu até acho que ela deve ser usada como ela nasceu: a pirataria é sempre feita em um videocassete, é feita num DVD, ela é feita em uma obra musical, em um livro, em alguma coisa na qual realmente prima o sentimento do criador daquilo, isso é uma pirataria, um *software* e tal. Agora, a falsificação é a reprodução do produto pura e simples. No que diz respeito à sua composição, que às vezes é feita dentro de uma indústria... Ele chegou a um componente que foi maravilhoso e patenteou aquilo e, depois, veio a sofrer uma violação dessa patente; mas, onde não é violação dessa patente, ele é indicado como o produtor daquilo, ele mesmo, e, na verdade, era o falsário — isso é uma falsificação, assim como a falsificação de um remédio, a falsificação de uma válvula, a falsificação de tudo o que existe no País. Mas não adianta, porque estes termos “falsificação” e “pirataria” se cruzam, e nós não vamos discutir o que é



pirataria e falsificação. Então, seria mais próprio que nós puséssemos o combate às falsificações e piratarias — fica mais fácil para todo o mundo compreender. Bom, o que me traz aqui é o seguinte: eu tenho sentido, e quero aqui hoje fazer um desabafo a todos os senhores, que a gente, quando realiza alguns trabalhos, e nossa associação atua também muito no Paraguai, ela atua no Uruguai, atua na Argentina, em Buenos Aires, e atua também na Bolívia — temos parceiros e diretores lá. Eu queria dizer aos senhores o seguinte: eu tive recentemente uma falsificação de produtos, que vou deixar aqui na CPI, mas posso depois passar a lista de todos, uma falsificação de preservativos. Os senhores sabem que, por incrível que pareça, essas camisinhas tem um contato manual, ou seja, como é que você vai usar uma camisinha que já tem contato manual, que ele põe na máquina, na hora de fechar, e segura? Ela já vem contaminada da origem, você não precisa nem tirar da embalagem. Então, o que acontece? Nós iniciamos um trabalho na República do Paraguai, que é um local realmente que nos traz muitos problemas, porque o Paraguai é conhecido... Inclusive, em um congresso em Phoenix, no Arizona, Ciudad del Este foi dita como a cidade que tem a maior incidência de produtos falsificados do mundo. Realmente, 90% dos produtos que estão lá são falsos. E o que acontece? Nós não temos, no Paraguai, uma coisa importante: nós não temos uma Justiça eficiente. Nós temos um falsário de cigarros lá que faz barbaridades — eu vou tocar nesse assunto daqui a pouco —; ele teve a pretensão de registrar até o selinho de IPI da nossa Receita como marca registrada dele. Então, por aí, os senhores vêm. E é uma pessoa que tem um vínculo grande junto aos organismos governamentais, tem privilégios, foi candidato a Presidente da República e, graças a Deus, perdeu, porque se ele entrasse nós teríamos de fechar as fronteiras lá. É um falsário terrível, de nome Oswaldo Dominguez Dipp; vou falar dele daqui a pouco. Mas, voltando aos preservativos, o que fizemos? Nós procuramos fazer um trabalho eficiente, que consistia em elaborar laudos periciais. Eram camisinhas da Johnson, a Jontex, e da marca Olla também. O que nós fizemos? Elaboramos laudos periciais, pegamos um perito do Instituto de Criminalística de São Paulo, o Dr. Edmundo Brown; dali, vertemos esse laudo para o espanhol, realizamos denúncias no Ministério da Saúde, no Ministério da Justiça e no Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, e fomos também ao Presidente do



Congresso paraguaio, o Juan Carlos Galaverna, e demos a ele o problema. Aí, viemos para cá, e, ato contínuo, fizemos a mesma coisa nos nosso organismos. E, olha, por incrível que pareça, nosso Ministérios responderam prontamente; cobramos dos nosso Ministérios para que cobrassem da autoridade paraguaia; foram ofícios para lá perguntando o que estava acontecendo com tais. Então, vejam como a ingerência do Governo é solução para os nossos problemas; nós, muitas vezes, não conseguimos resolvê-los sozinhos. E o que aconteceu? Foi o primeiro carnaval, nesse mês de março agora, em que nós não tivemos a incidência de um preservativo falsificado. É lógico que, concomitante às denúncias e às políticas que fazíamos, vínhamos apreendemos toneladas desses produtos nas alfândegas tanto paraguaias como de Montevideú, porque eles vinham também pelo Uruguai. E é lógico que, na hora em que Ministro cobra de Ministro, a coisa acontece. Agora, o que estou achando, e quero dizer aqui com sinceridade, é que está havendo, por parte do nosso Governo, uma falta de uma atuação firme junto a esses países que nos circundam, porque são países terríveis. Ou seja, nós temos falsificação de produtos da Bolívia que ingressam no mercado brasileiro, nós temos participação da Venezuela, produtos venezuelanos... Eu faço apreensão de cigarros lá em Pacaraima, lá em cima, de produtos falsificados na Venezuela. Produtos falsificados no Uruguai, que estão inundando o mercado, produtos argentinos e, notadamente, do Paraguai. Muito bem, diante desse quadro todo, já está dito que, se não tivermos a posição firme dos nossos governantes, Ministérios cobrando de Ministérios e tal, nós não vamos sanar problemas com facilidade — até porque existem Justiças, como a do Paraguai, que trabalham especificamente para o Paraguai, exclusivamente para o Paraguai. Eu quero aproveitar o ensejo para dizer o seguinte: lá existem inúmeras máfias — existe a máfia chinesa, existe a máfia da garrafa térmica, existe a máfia do cigarro —, e aqui nós temos as mesmas máfias também. Por quê? Porque fomos ficando desorganizados e o crime foi se organizando, e está aí o crime organizado para combatermos. E é evidente que não se combate o crime organizado pegando só o “Zezão” e o chefão, temos que desmontar todo o esquema que eles têm. Você tem que pegar desde os entregadores, até os motoristas, os armazenadores, os transportadores, e pegar também aqueles que estão ali na cúpula do poder. Eu acho que nós temos chance, porque hoje a polícia está com



outra visão desse assunto, está a polícia interessada, os Estados estão preocupados com isso, haja vista a criação da delegacia do Rio de Janeiro. Parece que delegacia igual está se construindo em outros Estados da Federação, como em Pernambuco, como em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso do Sul e outras localidades, Minas Gerais e outras localidades. É isso mesmo o que temos que ter, porque, senão, a pirataria vai fazer o quê? A indústria sangrar. E sangra. Sabe o que acontece quando a indústria sangra? Ela simplesmente faz o seguinte: ela desemprega. Ela desemprega, ela vai mandando, mandando, até... Vocês sabem que aquela calça Soft Machine ingressou com pedido de concordata, dizendo que não agüentava a falsificação, que a falsificação a levou à insolvência. E foi pura realidade, ela não conseguia conter aquilo. Nós temos... Vocês sabem que, além disso, você tinha, antigamente, a liberdade de chegar a qualquer distrito policial, ingressar com a petição, e a coisa era feita prontamente. E vocês sabem hoje que a corrupção policial está descampada, e nós não conseguimos conter isso daí. Vocês vêem que às vezes uma operação policial prende tanto a polícia..., como foi na Ponte da Amizade agora, onde foram presos agentes da Receita Federal, investigadores e agentes da Polícia Federal, foi preso até um delegado, foram presos membros da Polícia Rodoviária Federal. O que estava fazendo toda essa turma lá, mancomunada com o lado de lá, ou que deixa passar ou que não deixa passar. Quer dizer, é o fim do mundo, é o fim do mundo. Nós temos que combater isso num todo. Então, vocês não vão encontrar, nesse crime organizado, pessoas que não façam parte, pessoas que não façam parte da área policial, da área política. Nós vamos enfrentar tudo. Nós temos que enfrentar tudo, não importa quem seja. Agora, nós temos, sim, que estarmos unidos, como estamos hoje aqui, para pôr fim a essas fraudes. Eu quero dizer aos senhores o seguinte: que eu teria, *a priori*, um desejo muito grande de entrar em todos os setores, em todos os ramos de atividade aqui, mas há um que me chama a atenção e que tem sido... Parece que a gente mexe só com isso, mas não é, não, nós estamos inundados de problemas (*falha na gravação*). Estamos hoje fazendo apreensões de cateter, estamos hoje fazendo apreensões de lâminas para fraturas, pinos, que são reutilizados, são recolhidos em lixão de hospital, são lavados e colocados no ser humano. E em que hospitais? São hospitais aí de beira de...? Não, são grandes hospitais. A gente faz apreensão em





hospitais como Santa Joana e tal, nos hospitais grandes lá de São Paulo. Não pensem que a coisa está restrita ao hospitalzinho lá Juju, de Santa Cruz, lá de São Miguel Paulista, não é nada disso, não é nada disso; a falsificação impera. Então, vocês vêem que nós apreendemos produtos em *shoppings*, não é verdade? Você apreende produto no *shopping*. Em que *shopping* você apreende produto? Você apreende produto no Shopping Iguatemi. Mas no Iguatemi? É, está lá, eu apreendi produtos Prada lá dentro do Iguatemi. Recentemente, foi feita apreensão de Louis Vitton dentro do Shopping Iguatemi, Shopping Ibirapuera. A falsificação está aí. Nós não conseguimos dar números a ela. Eu saio com vocês na rua, e vocês vão ver o que há de falsificação. Não precisa ir à feira paraguaia, não, vá a esse comércio legal. O que acontece com o produto? O produto falso aparece... Olha, eu quero, antes de mais nada, dizer aos senhores uma coisa: eu sou absolutamente contra essa batida constante em camelô, pegar esses camelódromos. Eu já, noutro dia, num programa em que eu me encontrava, me perguntaram: “O que você faria com esse mercado informal?” Eu disse a eles: “Eu pegaria essas zonas de camelódromos...” — como há aqui, por exemplo, a feira de Brasília — “Façam uma cooperativa legal entre todos eles. Aí, sim, o que eles vão fazer? Eles vão ter um CGC. Essa cooperativa vai lá à distribuidora de CDs, compra CDs, compra o CD original. Ela não vai ter o preço de uma loja de discos, com funcionários. Eles vão vender isso na feira a um preço justo, a um preço que todo o mundo possa comprar, e vão ter um produto original na mão. Mas quando eu falei isso, ligou cantor e disse: “*Não, eu não quero vender o CD no camelô, não.*” É uma besteira, porque, se eu tivesse um livro de poesia, eu queria ver na mão de todo o mundo, não importa de quem seja, até do analfabeto — talvez eu o estimulasse a fazer uma leitura. Então eu acho que o caráter do País é esse. Muitas vezes, você vê que existem comerciantes... Olha, gente, eu vou contar... Não pensem também que isto é um predicado nosso. Eu comprei produtos falsos na Espanha, comprei produtos falsos em Londres, eu comprei produtos falsos em Portugal. Você compra produto falso no mundo inteiro, não pensem que isso é predicado do Brasil, não. Só que ali há uma coisa: o produto falso aparece ali, ele chega, espalha aquilo no chão; você pegue logo, porque, se contar até dez, você não pega mais, porque a polícia já chegou. É imediata a repressão à falsificação lá, eles prezam aquelas indústrias, eles têm que





manter aquelas indústria, manter emprego, manter tudo. E do jeito que a coisa vai, vocês vão vendo que aqui, no Brasil, se não houver isso, se nós não reagirmos prontamente a tudo isso, nós vamos comprometer muitas indústrias. E outras, que já foram comprometidas, que talvez não venham a sair do buraco. Olha, aqui, eu vou pegar, por exemplo, um ramo de rolamentos, que é um ramo de alto peso. Nós temos quadrilhas que operam no ramo de rolamentos, que são terríveis. Eles normalmente recondicionam rolamentos, dão aquele banho no rolamento, deixam ele novinho, enchem de graxa aquilo, embalam em embalagens novas e jogam no mercado. Quando você põe no seu carro, começam os problemas. Aí você vê que é muito mais saudável você pegar um rolamento lá no seu carro fazendo barulho, é melhor deixar ele com barulho do que pôr um outro suspeito no seu carro, se você não tiver certeza do que você vai pôr, porque aquele que está lá, pelo menos, no seu carro é original. Se você vai substituí-lo e não sabe pelo quê, tem dúvida, não deve substituir. Então, diante desse quadro, se você viver essa incerteza, a melhor coisa que nós temos a fazer é o quê? É essa sociedade se unir para esse fim, são as associações de classe se unirem para esse fim. Eu quero dizer também que a ABCF tem realizado eventos em todas as alfândegas do País. Leva as empresas pessoalmente para... Ao último evento, por exemplo, em Foz do Iguaçu, foram lá 12 fábricas. Ao último em Santos, foram 14 indústrias lá se queixar dos problemas que tinham. Foi lá a Federação dos Relojoeiros Suíços e questionou: *“Olha, não é possível aqui o que existe. Estão chegando relógios aqui.”* Dito e feito, pegamos 2 contêineres de relógios Ômega, Cartier, Rolex, Piaget, e era numa quantidade incrível. Só na semana passada, pegamos mais um contêiner com 300 mil relógios. Então, vocês vêem que, quando a indústria comparece e esclarece o que é... Porque a autoridade, às vezes, tem dificuldade de lançar mão de um produto falso porque ela também, às vezes, não sabe o que é falso, ela precisa ter noção. Não é todo o falso que tem preço aviltante, não. Tem falso aí vendido a preço quase igual ao original, e às vezes, você se deixa levar por isso. A gente não consegue entender, por exemplo, como um CD sai a 33 reais e, depois de um mês, ele cai para 23, depois ele cai para 18 e tal; um dia você o vê a 8 ou 9. Então, se isso está acontecendo, algum lucro existe nisso, até quando ele chega aos 8 e 9, porque é de graça; com prejuízo ninguém vai vender. Então, é a mesma coisa com os produtos



falsos. Eles entram com um preço, depois, se não dá, com ele você pode negociar qualquer preço. Pode ser o maior preço vil que você estará fazendo um bom negócio. O que acontece? Vamos pegar um setor, por exemplo, o de cigarros. Vocês estão vendo 4 cigarros da marca Derby produzidos por 4 indústrias diferentes no Paraguai e vocês perguntam: “Por quê? O que é isso? O que o Paraguai está fazendo?” Então eu vou dizer a vocês o que acontece. Nos idos de 1994, aproximadamente, o Brasil exportava produtos para América Latina. Eu preciso dizer isso para que vocês possam entender o que aconteceu. Exportava produtos para a América Latina, para o Paraguai, Argentina, Chile e tal. O que aconteceu? Esses cigarros iam numa demanda extraordinária para lá e depois voltavam e entravam aqui pelo descaminho. Aí as indústrias fecharam ao Secretário da Receita, na época, Everardo Maciel: “Olha, isso acontece, o reingresso dos produtos.” “Não, é que vocês põem além da conta” e tal. Não é, a indústria quer vender; exportar para ela é uma situação básica. E o que aconteceu? O cigarro que voltava, mandavam o cigarro sem tributos, evidentemente, porque a exportação não havia nenhum tributo, esse cigarro ia e voltava. Vocês sabem que o tributo que incide sobre o cigarro é quase 80%, então, o cigarro voltava com preço vil. As indústrias aqui, as empresas não conseguiam trabalhar. Por quê? Porque se você ia comprar o cigarro no bar, o do camelô era igual e era baratinho. Aí o que aconteceu? O Everardo Maciel resolveu baixar uma lei dizendo o seguinte: as exportações para os países da América Latina estão tributadas em 150%. O pessoal não conseguia pagar quase os 78% de imposto, como é que ia pagar os 150%? Inviabilizou a indústria nacional. Quando inviabilizou a indústria nacional, o que houve? A indústria nacional passou a exportar só para os países do Leste Europeu, mas também não deu certo. Acabou. Hoje, não exporta nada. Aí, o que aconteceu, o Governo Paraguaio criou nada mais, nada menos do que 36 indústrias naquele país. Aí vocês vêem a situação que ficou criada. Essas indústrias passaram a fazer cigarros com as nossas marcas, com o selinho da receita, tudo igualzinho. Estão aqui. Você não sabe diferenciar o que é o nosso e o que não é, copiando das indústrias brasileiras Philip Morris, Souza Cruz e uma infinidade de outras. Aí, criou-se uma situação. Eles começaram a jogar cigarros em quantidades absurdas aqui. Ficou todo mundo imaginando que foi a taxa de cigarro que ia e voltava, aderiu a esse cigarro tal. Só que esse cigarro saiu



do mercado informal e ele foi para o mercado formal. Foi lá para a padaria. Foi lá para os pontos de venda normais dele. Ai a coisa foi piorando, piorando. Então, vem que a cobrança do tributo foi um tiro que saiu pela culatra, porque hoje 35% do mercado de cigarro ilegal no Brasil é proveniente do Paraguai. E sabe quanto a receita deixa de arrecadar por ano pela não tributação desses cigarros que invadem o mercado brasileiro? Um bilhão e meio de reais por ano. Isso tudo aqui seria uma parcela generosa para o Programa Fome Zero. Não é isso? já que falam tanto do Fome Zero. Seria maravilhoso isso. Ai o que acontece? As indústrias começaram a lutar do lado paraguaio. E ali as coisas são absurdas. Ali, as coisas são difíceis, inclusive de serem explicadas. Os falsários começaram a fazer apresentação de seus produtos de uma maneira a criar embaraços para o mercado brasileiro. As coisas foram ficando cada vez piores e chegou-se à conclusão de que não se podia fazer nada, porque todas as medidas judiciais, a Justiça paraguaia favorece o Paraguai. Ali não existe... É muito difícil uma indústria brasileira ter sucesso ali. Não existe isso. A corrupção no Paraguai é imensa. É imensa a ponto de você ter dificuldades em fazer apreensões. Se você não trazer o procurador do teu lado e disser: "olha, vamos procurar comigo o cigarro falso e encontrar e dizer pegue agora" você não vai pegar, porque se você apresentar um escrito, o Paraguai todo vai saber. Então, a coisa é difícil ali. Não que aqui no Brasil não ocorra isso em delegacias também, mas lá é uma coisa bárbara. Aqui também existe, até na Justiça, a quebra de sigilo. Chega ao interior com uma medida tal, solicitando uma busca e apreensão, aquilo vaza. O fulano liga lá para a indústria e diz: "tem aqui um pedido". Isso é normal. Mas eu não estou nem preocupado com o cigarro que ingressa aqui no mercado brasileiro pelo prejuízo que ele causa à Nação por isso ou por aquilo. O que preocupa a ABCF, na verdade, é o seguinte: nós realizamos um laudo pericial do que era esse cigarro. Contratamos um perito que chegou e realizou um laudo magnífico, num laboratório adequado e aí foi embora. Pegamos várias marcas de cigarro, começamos a analisar, analisar, encontramos bichos dentro do cigarro: aquilo quando está puxando o cigarro que fica aquele tá, tá, isso são esses besourinhos que estalam lá dentro. Não, não, estou dizendo, e aí uma campanha maciça contra o cigarro, que também não estou defendendo não. Não estou defendendo essa campanha maciça do Governo contra o cigarro, não.



Acabem com o cigarro aqui, mas não acabem com as indústrias, porque se acabarem com as indústrias, nós vamos fumar o do paraguaio. Aqueles que fumam, vão fumar o do paraguaio. Então, nós temos que nos acautelar. Eu acho, por exemplo, que você tomar uísque faz mal, mesmo uísque bom. Você exagerou, ele é altamente nocivo. Toma um litro de uísque e vai dormir, você vai acordar mal no dia seguinte, se dormir. Agora, o que acontece? Ele faz mal? Não importa, mas se você tomar uísque original, porque o que eu faço, ele tem álcool etílico, éter iodo, quando não tem pouquinho metanol, para te levar para o caixão, e vocês cansaram de ver isso. Aliás, o metanol nas bebidas é que deu origem à criação da nossa associação. Então, eu acho o seguinte: esses cigarros aqui que vocês estão vendo, que foram analisados no Paraguai, eles não têm o menor o controle, mas controle nenhum. Olha, eu vou dizer para vocês, eles têm teores de alcatrão que estão absolutamente proibidos no Brasil. Eles têm teores de nicotina que não existe. A ANVISA, se vê isso aqui, ela chora, porque a ANVISA controla a produção de cigarro no Brasil, então, se você pegar um cigarro brasileiro e fumar, você pelo menos sabe que cigarro está fumando. O teor de monóxido de carbono é bárbaro, agora tem presença de cumarina. Isso aqui foi proibido nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Inglaterra, em todos os países do mundo. Está cheio de cumarina no fumo. Tem a presença de endosulfan e um outro chamado fermetrin, que são inseticidas organoclorados que estão há mais de 18 anos proibidos no Brasil. Quando o fulano fuma um cigarrinho paraguaio, ele está chupando BHC junto. Deu para entender? Não, não está aqui. Esse laudo é inquestionável, e eu fui lá, apresentei isso na República do Paraguai. Juntei esse laudo, chamei a televisão, mostrei. Chamei todo mundo, disse: tenho matérias que eu posso apresentar aos senhores. E o Paraguai disse uma coisa assim fundamental: é, mais nós não fumamos esse aí, não. Esse aí é para os brasileiros. Então, é isso que nós temos de ter presente. Eles fazem coisas para nós. A camisinha, os preservativos, eles ainda usavam, em Ciudad del Leste, então me ajudou, porque eu pude mostrar à autoridade lá que estava havendo, em Ciudad del Leste, em Hernandares e em algumas outras localidades. A coisa era essa. Aí então... Mas os cigarros são feitos exclusivamente para o nosso mercado, ou seja, para o nosso consumo. Agora, não é possível que nos tenhamos que ver chegar 35% da produção nacional, toda vez,



todo mês aqui, lá para ser consumido pelos brasileiros, quer dizer é o fim do mundo. Então, o que é nocivo hoje, é até difícil de falar, porque quando você entra numa pastelaria qualquer e você vai ao fundo — tenho visto isso na televisão constantemente —, você encontra ratos, baratas, passeando ali, andando em cima da massa, tal. Nós estamos sujeitos, agora, em algumas. Se você sabe aonde vai, ainda que a ANVISA desempenhe um trabalho brilhante e eu posso falar isso, porque a ABCF é parceira da ANVISA. Ela recolhe todos os viágras falsos que chegam ao Brasil. Todo santo dia, chegam inúmeros pacotes de Potent 75, de Plamil e de uma infinidade de outros produtos que são altamente perigosos. Então, diante desse quadro todo, eu vejo que nós estamos vivenciando um problema terrível. Eu pergunto como é que nós vamos sair disso. Nós temos setores que estão perdendo horrores — não, ele disse que ia cortar rápido, já fiquei preocupado, é o recreio. Então, eu tenho setores para discutir com os senhores aqui e vou trazer assuntos relativos a esses setores. Então, mas hoje eu vim com pacotes, com malas, tudo e eu trouxe algumas coisas para discutir, mas eu quero começar, por exemplo, com um setor que é um setor que eu acabei de dizer para vocês. É o que gera 1,5 bilhão de reais por ano de prejuízo só para a União, que deixa de arrecadar. Não estou nem dizendo as indústrias, nada. Só a União deixou de arrecadar. Então, o que eu gostaria de fazer? Gostaria de começar a discutir esse tema aqui e dizer aos senhores o seguinte: está na hora de nós termos um basta nesse cigarro que vem do Paraguai para cá. Quais os mecanismos? Nós vamos estudar todos. Nós temos posto alguns em prática e a coisa tem funcionado. Mas vou dizer uma coisa para os senhores: a ABCF conseguiu viabilizar a instalação de uma máquina picadora de cigarro na Receita Federal de Foz do Iguaçu, com quem ela fez uma parceria. Fizemos o negócio com tanto cuidado que vou dizer para vocês o que acontece. O cigarro que é picado, que é destruído ali, ele não é jogado em barrancos, em rios, em nada. Pegamos toda aquela tonelagem, levamos para a CONSPISA, ali nós fazemos uma separação do papel e do fumo. O fumo sofre uma compostagem e depois esse fumo vira adubo para beiras de estrada do Paraná e tal, o que temos feito com muito... Se V.Exas. chegarem ao aeroporto de Curitiba, vão ver aquele gramado todo, é todo feito com a compostagem do cigarro. Vocês vão ver que maravilha. Então, nós temos tratado de não proliferar problemas de



meio ambiente, que são seriíssimos realmente, porque, antigamente a pessoa punha fogo em tudo. E hoje com o IAP, o Instituto Ambiental do Paraná, ninguém se afeta porque ele multa a Receita, multa o Governador do Estado, multa quem ele quiser porque não aceita esse tipo de coisa. E estamos estendendo isso também para o Brasil. Mas essa máquina que pusemos lá, de janeiro a dezembro do ano passado possibilitou-nos a destruição de 1.300 toneladas de cigarros falsos que estavam no depósito da Receita. Isso foi o que conseguimos prender no decorrer do ano. E o que não foi apreendido? V.Exas. viram no mercado que aquilo vem como aquelas pragas de gafanhoto, que entram por tudo quanto é lado da lavoura e não há quem consiga... De 2002, viu? Então, o que é que devemos fazer? Devemos agora formar um grupo para esse tipo de trabalho, aproveitar a criação dessas delegacias da Polícia Civil, que estão se instalando em vários territórios, e começarmos um trabalho firme em cima disso, porque quando a farra começa até aqueles que eram mais ou menos sérios entram na bagunça. Então, por exemplo, no Paraguai, temos fábricas e mais fábricas de cigarros que estão mandando cigarros diretamente para cá. Existe a facilidade de jogar isso para lá. Algumas empresas nacionais já começaram a fazer arte também. Porque existe aquele industrial que diz o seguinte: *“Não, eu vou me manter na minha”*, e há outros que dizem: *“Não, eu não posso sofrer. Eu sou pequeno, eu não sou uma grande potência, não sou uma Philip Morris, não sou uma Souza Cruz, não sou uma grande indústria de cigarro. O que eu vou fazer? Eu vou sonegar. Eu vou fazer isso”*. E aí começam a generalizar tudo. Aí você tem um mercado incontrolável. Incontrolável. Por isso, que eu digo: então nós temos que evitar que isso ocorra. Nós temos desenvolvido um trabalho junto aos varejos para limpar isso, mas não temos agido no mercado informal. É pensamento da ABCF que o camelô vende aquilo que é dado a ele para ser vendido. Nós não podemos sacrificar essa gente. Sou contra esse negócio. Se você imaginar que o camelô... Ah, é porque o camelô, o camelô... Não, alguém fornece para o camelô. Vamos fazer um trabalho de investigação verdadeiro. Agora, chega lá e quer bater no camelô e deixa o resto a Deus dar? Não. Acho que temos de fazer um trabalho de investigação, localizar e pegar aquele que está entregando ao camelô, que está entregando aos bares, aos restaurantes. É esse o trabalho. É esse o trabalho. Eu acho que não adianta ficarmos batendo nesse





mercado informal, até porque o desemprego no País é imenso e temos de preservar. Agora, nós gostaríamos que as indústrias mantivessem uma decência no seu trabalho, uma ética, alguma coisa. Então, criou-se, inclusive, o ETCO, que é o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, que está iniciando um trabalho de grande monta com o ex-Deputado Emerson Kapaz. Nós vamos agora realizar trabalhos exatamente de moralização de setores. Eu acho, por exemplo, que é o fim do mundo termos problemas de refrigerante, nós termos problemas de cerveja, termos problema de cigarro, que são produtos de consumo. Produtos de consumo não poderiam sofrer esse tipo de negócio. Eu me lembro de que estava com minha esposa um dia em Buenos Aires, fui pegar um trem para ir a Mar del Plata e havia um negócio lá de marisco, acho que num vidrinho, todo empoeirado, e ela falou: *“Ai, que vontade de comer aquilo”*. Eu disse: *“Você está louca? Se você comer aquilo você não chega a Mar del Plata”*. Aí o fulano saiu do quiosque e, infelizmente, ele compreendia português, e disse: *“O senhor está enganado. Eu vou abrir aqui e vou comer junto com o senhor, porque, no nosso país, estamos numa crise política medonha. Não temos dinheiro, mas a Saúde Pública funciona aqui neste país”*. E abriu mesmo. Fiquei envergonhado. Mandei abrir logo três, porque também já estava com a cara no chão, ele abriu e nós comemos aquilo, tal. Uma coisa maravilhosa e fomos viajar. E fui viajar muito bem com aquilo. Pelo contrário, a Saúde Pública lá funciona. Cheguei aqui e fui comprar um quilo de salaminho, porque não tinha nada em casa, e peguei uma intoxicação. Então, vocês vêem que eu não poderia sequer criticar o outro lado sem olhar o de cá. Não é verdade? Hoje não. Hoje, principalmente no que concerne a esse setor alimentício, as coisas estão boas. É evidente que ainda temos falsificação de leite em pó, mas hoje as coisas estão menores. Agora, os produtos industrializados, produtos de consumo, principalmente os farmacêuticos, esses vocês sabem a luta que ABCF teve em 1998 e 1999 com a falsificação de remédios. Fomos nós que acabamos... Nós liberamos clínicas lá. Há denúncias nossas que possibilitaram liberar clínicas, laboratórios que estavam, vejam vocês, produzindo o *kit* antiAids falsificado, gente! E a resposta do bandido foi a seguinte: *“Ah, eles vão morrer mesmo. Qual o problema de dar esse?”*. Então, essa a maldade que impera. Vocês vêem, por exemplo, aquela indústria Schering do Brasil que sofreu por causa do problema do Microvilar e daquele outro





produto, o Androcur, que era próprio para curar câncer da próstata. Quanta gente morreu com aquilo. E viram quem estava fazendo aquilo? Era uma empresa de tradição, a Botica ao Veado d'Ouro, em São Paulo, que é uma farmácia de 60 anos, tradição e tal, e estava lá no laboratório dela produzindo fraude! Muito bem. Então, nós trabalhamos uma loucura naquele período, mas hoje, por exemplo, ainda temos remédios falsos. Olhem, V.Exas., quando começamos a trabalhar no combate à falsificação de uísque, não havia um bar do Brasil, eu como profissional trabalhando nisso, não havia um bar do Brasil que não tivesse uma dúzia de uísques falsos expostos na prateleira. Trabalhamos mais de 20 anos. Aí nós ficamos depois quatro anos sem mandar uma manta para a Escócia, porque acabou o uísque falso. O que tinha depois era falsificação de uísque Drury's, Old Eight, desses produzidos aqui. Então, vejam que a coisa acontece e você tem que lutar. E, hoje, com essa CPI, acho que podemos mudar a mente de muita gente, conseguir grandes coisas. Quero dar uma parada para eventuais perguntas e depois posso prosseguir, não é, Presidente? Quero deixá-los à vontade para qualquer pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Fernando Ramazzini, pela sua brilhante intervenção e pela sua colaboração com a CPI. Em primeiro lugar, o nosso Relator, Deputado Picciani, vai proceder às perguntas. Por favor, Picciani. Depois, o Coronel Alves, a Vanessa e o Julio Lopes.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. presentes, Dr. Ramazzini, a quem, em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela presença e pela disponibilidade de querer contribuir com a Câmara dos Deputados do Brasil, de querer contribuir com o Poder Legislativo nessa busca que estamos iniciando para tentar resolver esse grave problema, e que, melhor do que qualquer palavra que possamos usar para definir os seus exemplos e exposições, que certamente demonstraram a gravidade desse problema. Gostaria, Dr. Ramazzini, de dizer também que é entendimento desta CPI que o problema não reside no vendedor ambulante, não está no camelô, que, muitas vezes, tampouco é o dono da banca e tampouco é o dono, às vezes, da mercadoria. Está ali servindo como um empregado também dessas organizações, desses cidadãos que operam a pirataria, a falsificação, enfim, seja lá o nome que venhamos a dar, a definição que venhamos a ter. Quero deixar uma pergunta ao Dr. Ramazzini: seria possível



apresentar à CPI alguns nomes de algumas investigações que já foram postas em curso, de cidadãos que a ABCF identifica como possíveis suspeitos de envolvimento nessas redes criminosas, desses diversos setores? Em quais setores essas informações poderiam ser disponibilizadas? Até porque o senhor deu um exemplo muito feliz. No caso do cigarro, as marcas invadem o País, um fumo de péssima qualidade, com algumas coisas proibidas que nós precisamos combater. E o senhor colocou a questão de pequenas marcas, que também foi um assunto que surgiu num depoimento sobre refrigerante. Então, nós precisamos saber quais são dessas marcas em que há indício, há processos de envolvimento, porque, se não vamos correr o risco de dizer: *“Olha, estamos indo em cima de uma marca pequena só porque não é a Philip Morris, só porque não é a Souza Cruz, porque não é a Coca-Cola, porque não é a AmBev”*. Sinceramente, não acredito que todas as pequenas marcas estejam envolvidas. Então, nós precisamos saber em quais dessas pequenas marcas há indícios de envolvimento, para que a gente possa combater o crime onde deve ser combatido, e não simplesmente termos uma visão discriminatória de mercado. Era esse o questionamento que gostaria de fazer. Muito nos impressionou e certamente muito contribuirá com os trabalhos da CPI o depoimento que o senhor presta nesta tarde. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Dr. Fernando? Pode falar.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Queria fazer as perguntas em bloco. Pode?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Sim, sim, pode até fazer. Eu aceito. Eu sempre vou responder todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputado Coronel Alves, por favor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Sr. Presidente, Deputado Medeiros, Sr. Relator, Deputado Leonardo, Sras. e Srs. Parlamentares e os que aqui se encontram, toda vez que venho assistir a um depoimento, fico pensando o quanto estamos perdendo no País pela inércia do próprio Estado. Este é um País gigante nas suas pessoas, na sua territorialidade, mas é gigante nos seus problemas também. Não é, Dr. Ramazzini? Cada depoente que aqui vem coloca um posicionamento de que as ações, as afirmações ditas canalizam sempre para o



nosso vizinho Paraguai. De alguma maneira, o Paraguai está envolvido. Fico pensando que tivemos a oportunidade... Caxias, lá atrás, invadiu o Paraguai e devia ter ficado com aquele negócio lá para ver se acabava com metade dos problemas que temos aqui. Não é uma afirmação que gostaria que acontecesse, mas às vezes a gente fica pensando. E isso não é só um caso de polícia. Eu vejo também muito citado aqui, e vou dar um pouco do enfoque a um segmento que conheço um pouco mais, não tanto quanto gostaria. Mas é o segmento da Segurança Pública como um todo. Mas eu vejo aqui que há muitas reclamações dizendo: *“Olha, é a Polícia. É a Polícia. É a Polícia”*. Isso não é caso de polícia. A Polícia é mais uma que está envolvida e, muitas das vezes envolvida no lado negro da força. Está envolvida, conforme o exemplo dado de Foz do Iguaçu. Isso necessariamente, e essa é uma afirmativa que faço, não é um caso de Polícia, é um caso da inércia do Estado. Ora, nós sabemos que precisamos melhorar a questão do controle nas alfândegas, a questão da fiscalização, da Receita Estadual e Federal. Sabemos que a Polícia tem de ir para lá e não o fazemos. Por outro lado, os nossos produtores, e nem quero saber o nome, que é para não citar..., mas o exemplo que o Dr. Ramazzini coloca, de que um determinado autor não quer que seu CD venha para a banca do camelô: *“Ora, eu quero é vender o meu produto. Quanto mais eu vender... Desde que seja dentro da legalidade”*. E, aí, com certeza, isso também vai fazer com que a pirataria e a falsificação prossigam no País. Mas a preocupação maior é do quanto perdemos em emprego, em divisa. Em um ano, foram colocados cerca de um milhão. É isso, ou é um bilhão?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Um bilhão.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Um bilhão. Já não queria nem acreditar, pensei que tivesse ouvido mal.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Um bilhão e quinhentos.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Mas, em um ano, um bilhão resolve, pelo menos em parte, aí, algumas coisas da Previdência. Estamos aí com algumas coisas que poderiam estar sendo colocadas aí. Mas, esse um bilhão gerando emprego, mobilizando parque industrial... Com certeza, também as questões do caso de polícia iam diminuir bastante. Feita essa minha breve intervenção, minha pergunta é a seguinte, muito parecida com a do Relator. Precisamos entender que



estamos numa CPI, Dr. Ramazzini, precisamos de dados, uma palavra muito bem colocada por V.Sa., para que possamos trabalhar esses dados e chegar aonde queremos, que é efetivamente o combate e o resultado desse combate: a prisão daqueles que estão causando um grande mal ao País. Às vezes, as pessoas, o que já foi colocado aqui também, dizem: *“Olha, o narcotráfico é mais perigoso do que a pirataria”*. Mas acho que não há muita diferença, não. Continuam lesando e, quem sabe, suas ramificações não estão se encontrando! Continuam lesando o País, continuam lesando a sociedade, e, lá na frente, as suas ramificações. O problema maior que nós agora estamos verificando, e a Deputada Vanessa, com certeza, vai abordar isso, é com relação à medicação, aos produtos que estão sendo falsificados. No que exatamente isso poderia contribuir, dentre outros, como o cigarro? E quais os nomes? Se não puder dizer agora, o Relator sabe como orientá-lo no momento adequado, para que possamos fazer realmente, nessa CPI, um trabalho que traga resultados para o benefício da sociedade brasileira. Essa a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Coronel Alves. Passo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Fernando, esta CPI, pelo menos, está muito bem servida de profissionais que vêm da área da Polícia. Espero que a gente possa dar grande contribuição a este País, Dr. Fernando. Nós, na CPI, temos primado, desde o início, por trabalhar com essas entidades não-governamentais que atuam, há muitos anos, no País, no combate à pirataria e no combate à falsificação. Em primeiro lugar, quero concordar com muitas partes de sua intervenção. Acho que o objetivo nosso não é ir atrás de camelô, nem deve ser esse o objetivo de qualquer delegacia, de qualquer aparato repressivo, porque não está aí o foco. A origem do problema não está no camelô. Eu penso que podemos até dizer que o camelô é tão vítima, se podemos dizê-lo, mas uma boa parte deles é vítima também de um processo extremamente danoso. Repito o que tenho dito sempre nesta CPI: acredito que, se o País, se o Poder Público brasileiro não pegar em suas mãos a tarefa de combater a pirataria, nós teremos problemas num futuro não muito distante, mas num futuro muito próximo extremamente agravado e, mais do que isso, um problema que pode



ser de difícil reparação, tamanha é a interligação que hoje temos entre aqueles que introduzem no País produtos piratas, produtos falsificados, com o crime organizado. Nós, da CPI, temos já trabalhado em alguns casos específicos e, em nenhum deles, em nenhum deles, há indicativo de que aquele seja um caso isolado, seja nos medicamentos, seja em cigarro, seja em bebida. Ou seja, são grupos, são verdadeiras máfias que se formam e que atuam nesse setor, como atuam no tráfico de drogas, enfim... Acho que esse é um problema extremamente sério esse. E gostaria de fazer uma pergunta a V.Sa., que atua há muito mais tempo no combate à falsificação que nós, os Parlamentares Federais. O senhor tem algum levantamento? A sua entidade dispõe de algum levantamento que mostre o percentual de produtos piratas comercializados no mercado brasileiro que são contrabandeados? Na sua avaliação de tudo aquilo que o senhor já aprendeu, de tudo aquilo em que o senhor já trabalhou, a maior parte desses produtos falsificados, pirateados, são produzidos no Brasil ou vêm de fora do País? E, se vêm de fora, quais os principais países fornecedores? V.Sa. falou muito do Paraguai. Mas, além do Paraguai, qual o outro país que tem destaque forte no fornecimento de produtos piratas? Entretanto, antes de passar para outras perguntas, eu só gostaria de fazer um pequeno reparo. Eu, no ano de 1999, participei aqui na Câmara dos Deputados da CPI de Medicamentos. Nós debatíamos não só o preço de medicamentos, extremamente elevado àquela altura — e esse foi o objeto maior da CPI — mas entramos também no debate mais aprofundado da política de medicamentos e da própria falsificação. Tanto que o nosso relatório está recheado, o relatório da CPI aprovado pela Comissão à época, está recheado de inquéritos e processos relativos à falsificação. Um deles foi o Androcur, que criou um grande problema nacional. Entretanto, no caso da Schering, do Microvilar, aquilo não foi um problema de falsificação, foi um problema de não serem levadas em conta as boas práticas de produção, as boas práticas de fabricação. Na realidade, houve problemas dentro da própria indústria em que o princípio ativo do medicamento sequer chegou a ser introduzido em determinado lote, ou seja, era um medicamento que, na realidade, não era um medicamento, era placebo. E isso fez com que muitas jovens, muitas mulheres senhoras deste País engravidassem, apesar de estarem usando o devido contraceptivo. Então, no caso do Microvilar e do Laboratório Schering, não foi bem



um problema de falsificação, foi um outro problema quanto ao controle de qualidade no processo de produção. Mas, enfim, o senhor falou a respeito, o senhor falou de vários casos para todos nós aqui. Um deles, da camisinha, que sua entidade preocupada com os produtos falsificados, pirateados que estavam vindo principalmente do Paraguai, tomou algumas providências junto ao Governo brasileiro e junto ao governo paraguaio. E que a partir daí, os senhores próprios sentiram no último Carnaval, ou sei lá, nas últimas festas deste País, que diminuiu e muito a entrada desses produtos falsificados. Então, eu gostaria que o senhor nos falasse mais a respeito dessas ações adotadas, porque tem muita gente que pensa que é impossível combater a pirataria ou que é muito difícil combater a pirataria. Eu acho que não é, ela pode até ser difícil, agora impossível não é. Acabar eu também não tenho essa ilusão que nós vamos acabar com o crime, com a pirataria no País. Mas que nós podemos diminuí-la, eu não tenho dúvidas quanto a isso. Eu acho que a pior maneira de você reagir é a apatia. E nós estamos sentindo — infelizmente eu digo isso como membro da base aliada deste Governo — que as ações públicas do Estado brasileiro são muito fracas, muito acanhadas no que diz respeito à ação de combate à pirataria. Então, o que o senhor falasse que como foi mesmo, que ações o Governo adotou efetivamente que fez com que diminuísse a entrada, pelo menos, das camisinhas falsificadas. Essa é uma questão. Um outro questionamento. O senhor falou também rapidamente sobre a apreensão de um contêiner com milhares de relógios, recentemente, acho que na semana passada. Que o senhor nos dissesse onde foi feita essa apreensão e que movimento levou a que a apreensão fosse feita. Se foi uma fiscalização cotidiana, normal, efetivada pela Polícia Federal ou por auditores, pelo pessoal da Receita Federal. Onde foi? E na sua opinião, qual é a maior porta de entrada de produtos piratas, além da Ponte da Amizade? Porque nós sabemos que ali entra muito e sabemos também, pelo menos a associação que representa o setor fonográfico que tem vindo conosco, já veio algumas vezes aqui, tem dito que, em decorrência de um acordo que existe entre o Governo brasileiro e governo paraguaio, as mercadorias com destino ao Paraguai chegam ao Porto de Paranaguá, não são fiscalizadas e vão até o paraguaio e depois chegam lá, batem e voltam. Eu até acho que muitas dessas mercadorias nem chegam a fazer essa viagem, elas ficam por aqui mesmo. Então, qual, além da Ponte da Amizade, talvez





o Porto de Paranaguá, qual a outra grande porta de entrada o senhor considera no País de produtos piratas? E o que era preciso fazer para combater essa, para diminuir esse ingresso de produtos no Brasil? E, por fim, Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Dr. Fernando sobre os cigarros, eu não entendi direito, o senhor falava e eu fumava, enfim, mesmo tendo consciência dos riscos que o cigarro, com as especificações descritas aqui, já causa, imagine o cigarro fora das especificações descritas, não é? O senhor fala das fábricas no Paraguai. Nós temos alguns indicadores sobre essas fábricas. Mas o senhor fala com uma naturalidade que me espantou. Que fábricas são essas? São fábricas legais, que funcionam legalmente no Paraguai? Elas têm CNPJ, elas têm a sua marca própria de cigarro? Produzem a sua marca própria? E, por trás dos panos, produzem os cigarros falsificados ou encomendam embalagens para embalar? Isso é do conhecimento do governo do Paraguai? O que o governo do Paraguai vem fazendo em relação a isso? Que o senhor falasse mais. E se pudesse, se não puder nesta reunião aberta, mas numa conversa reservada, citar nomes de empresas de pessoas. E volto a dizer: se o senhor acha que isso prejudica o trabalho de investigação da CPI, não precisa declinar os nomes aqui publicamente. Poderá fazê-lo reservadamente. Mas, enfim, como é que funcionam? Quantas fábricas são? Elas são legalizadas? Não são? E se há, o senhor falou das apreensões de 1 milhão de toneladas, foi isso? No período de 1 ano, mil toneladas?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Mil e trezentas toneladas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mil e trezentas toneladas foram presas no período de 1 ano, os cigarros destruídos e usados devidamente lá para adubo. Essa apreensão ela resultou em algum processo? Alguma pessoa está sendo processada? Algum brasileiro está sendo processado em relação a essas apreensões?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Inúmeros.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pois é, então. E se foi, como é que está o processo? E nós não poderíamos, de acordo com a legislação brasileira, nós não poderíamos enquadrar esses piratas, esses falsificadores, esses que facilitam a entrada de produtos, dos cigarros especificamente, falsificados no Brasil como um crime hediondo? Porque a legislação diz se há algum outro dano





causado à saúde, medicamento, ou seja, isso é considerado crime hediondo. Eu acho que poderíamos enquadrar essas pessoas nesse tópico da legislação como aqueles que cometem crime hediondo. Portanto, eles são crimes inafiançáveis e a pena é muito mais rígida. Então, que o senhor falasse um pouco a respeito desses processos. E se não existe, dissesse qual o caminho para que a gente desse os nomes para que a gente fosse até o Poder Judiciário e exigir providências. Era isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin. Agora o Deputado Júlio Lopes; depois, o Deputado Valdenor Guedes. Passo a palavra ao Deputado Júlio Lopes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Srs. membros da audiência, muito obrigado Dr. Fernando Ramazzini por sua exposição, eu tenho colocado aos meus colegas que uma das forças que eu gostaria de introduzir e utilizar e que virasse depois recomendação desta CPI para a nossa sociedade seria a utilização do nosso Instituto de Metrologia, em função de que esse instituto é um dos mais renomados institutos de metrologia do mundo. Como o senhor sabe, estuda também e parametriza a conformidade. E a conformidade, no meu entendimento, é um passo muito próximo da fidedignidade ou do exame de contrafação. Recentemente examinando o isqueiro, por exemplo, em função de conter gás, ele é de conformidade obrigatória, assim como outros 500 itens brasileiros. E recentemente o INMETRO introduziu um selo de segurança nos isqueiros. E, nos últimos 2 anos, a arrecadação nesse setor aumentou 18 milhões de reais, em função de que, sendo de conformidade obrigatória, esse item pode ser apreendido a qualquer momento pelo poder de polícia administrativa que tem o INMETRO, que confisca automaticamente a mercadoria, sem que tenha ordem judicial, determinação de qualquer ordem, senão a sua própria fiscalização, que é autônoma na fiscalização e na apreensão. Então, eu gostaria de consultar ao senhor quanto à viabilidade de nós usarmos esse mecanismo também com relação ao cigarro, por exemplo, porque estou estupefato aqui que o senhor dá um dado muito assustador de que lá no Paraguai se diz que está se fabricando esse tipo de cigarro para brasileiro consumir. Por que não pedir que o INMETRO passe a também, em função da conformidade,



examinar a conformidade de fabricação dos cigarros vendidos no Brasil, a fim de que a gente possa realmente apreender automaticamente todo aquele cigarro que estiver fora da conformidade obrigatória? Porque isso aí eu entendo que o sujeito, ao inalar ou ao sugar ou ao consumir uma fumaça que tem inseticidas tóxicos, como o senhor está colocando, está abreviando a vida numa velocidade muito grande. Então, me parece que é urgente que a gente coloque aí esse aparelho que já é do Estado, que já é um aparelho poderoso, a serviço, pelo menos, nessa área do cigarro que o senhor está colocando aí, que é uma área muito expressiva.

Era isso que eu tinha que colocar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Júlio Lopes. Passo a palavra ao Deputado Valdenor Guedes.

**O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, nobre palestrante, Fernando Ramazzini, quero agradecer sua participação importante. Hoje V.Sa. foi muito feliz quando abordou vários assuntos que trazem a esta CPI informações para que possamos realmente apresentar a verdadeira realidade pela qual passa o nosso País, e também, acima de tudo, esta CPI, acho que o maior trabalho que ela vai ter é dar sugestões ao Governo, a todas as entidades, sobre como diminuir, como melhorar um pouco esse sistema de investigação em relação a esse contrabando. Nós temos que ter cuidado, Dr. Fernando, Srs. Deputados, nós temos pirataria, nós temos falsificação, nós temos contrabando. Por exemplo, no caso do cigarro, se isso for verdade, nós corremos um risco muito grande. Eu sou químico, sou professor universitário e me preocupo muito com isso. Nós temos no cigarro mais de 3 mil substâncias diferentes, mais de 30 substâncias cancerígenas. Inclusive, eu luto neste País desde 90, 91, quando aqui chegamos, para que evitássemos o fumo em aviões, e, graças a Deus, hoje não se fuma mais em avião, restaurantes. E tenho lutado neste Congresso, nesta Casa, mandando requerimento ao Presidente para delimitar a área, inclusive nas comissões — viu, Presidente Medeiros —, para seguir o mesmo ritmo, porque o fumante ativo é muito diferente do fumante passivo. Quem não fuma não está com o seu organismo preparado para tudo isso. Agora, se esse cigarro for falsificado, eu começo a me preocupar com o meio ambiente, o solo, porque isso não serve nem para adubo, isso pode prejudicar o nosso solo, pode prejudicar os nossos lençóis



freáticos, enfim, pode causar um prejuízo muito grande ao microambiente que ali se adubou. Então, nós temos, não sei se isso é contrabando, porque, em nível de nicotina, pode ter o mesmo teor, apenas pode ser um contrabando, ou seja, a pessoa trouxe, passou para um outro país, burlando, passando por cima da legislação. Pode ser isso também. Mas o que nós precisamos, Dr. Fernando Ramazzini, é fazer... Uma das perguntas que faço a V.Sa. é se a ABCF, se ela é ligada ao Ministério da... A qual Ministério ela é ligada?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Da Justiça.

**O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES** - Da Justiça. Se vocês têm laboratórios de bromatologia, enfim, se vocês têm técnicos nessa área, porque já tivemos problema, não quero desmerecer o trabalho de V.Exa., mas, antes de ter o PROCON no meu Estado, vários técnicos invadiam supermercado, iam pela ilegalidade, quando eles colocavam aquele colete de fiscal, e, enfim, traziam um transtorno muito grande. Por isso que não assinei o documento hoje — e posso assinar depois — para a quebra do sigilo bancário de alguém. É muito perigoso assinar isso no escuro. Então, eu preciso de dados. Nós precisamos ter muito, mas muito cuidado para assinar um documento desses, porque nós sabemos o que se passa nos Estados, os problemas políticos. Enfim, temos que ter cuidado. Então, eu acredito que precisamos fazer com que o País tenha técnicos especializados para analisar, fazer essas análises, tanto do cigarro, análises bromatológicas, enfim, em todas essas áreas, para que possamos apresentar com muita segurança, para que nós não possamos acabar com a vida de ninguém e nem ir pela ilegalidade. Então, esta CPI, eu faço parte dela, mesmo como suplente, mas eu tenho muito cuidado nessa área, porque eu já fui Relator da CPI do Sistema Penitenciário, quando se mandava notícia para o mundo todo dizendo que matavam, que torturavam, e depois nós fomos ver com muita cautela, e não tinha nada disso. Pessoas ganhavam 3 mil dólares por mês para mandar informações mentirosas para fora do País. E eu disse, naquela época, que essas pessoas estavam prestando um desserviço para a nossa Nação. Independente de tudo isso, quero parabenizar V.Sa. por essa brilhante palestra e pelas informações que V.Sa. trouxe a esta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado Valdenor. Passo a palavra ao nosso...



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Só um minutinho. A pergunta é da Deputada Vanessa, mas ela me autorizou aqui. Ela quer saber como é que ela pode diferenciar o cigarro legal do cigarro falsificado. Era isso Deputada? Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Passo a palavra ao Dr. Fernando Ramazzini.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Bom, eu vou responder preliminarmente a palavra da Deputada. O negócio é o seguinte. As empresas estão dando ao aparato policial brasileiro lâmpadas fluorescentes, coisas que possam produzir uma identificação de um cigarro e outro — tem inclusive cartilhas nesse sentido, que eu não trouxe porque eu não imaginei que a coisa... Mas, eu vi, lá no Rio de Janeiro, nessa delegacia que foi inaugurada anteontem — ontem, perdão — que ela foi precedida de um trabalho de demonstração para um pessoal lá sobre bebidas, sobre coca-cola, como é que funciona a falsificação de cerveja, isso e aquilo. E que eu vi que no setor de cigarros foram apresentados lá alguns produtos técnicos para isso mesmo, para poder identificar o produto falso. Quando você põe a lâmpada ultravioleta em cima, então o falso fica brilhante, não sei o que, o outro apaga, não é? Isso é um... A olho nu não, não. Não, sabe por quê? Quem é muito *expert* no assunto pode fazer. Eu, por exemplo, identifico um cigarro feito a olho nu, porque eu estou há 30 anos nisso. Eu olho uísque falso no balcão. Eu não preciso pegar no uísque para ver se... Na verdade, pela cor dele, muitas vezes. Agora, o que acontece é o seguinte: isso não vale muito como prova, porque às vezes um bar quer poupar a quantidade de uísque que ele tem. Então, ele vendeu metade, por exemplo, da garrafa, ele vai lá e completa um pouco, para encher de novo. E eu não posso atestar que aquele uísque é falso. Ele tem um pouco mais de água só, que ele introduziu. Vejo que está mais claro, mas depois, experimentando, eu vou saber se esse uísque é ou não. O que acontece é o seguinte: na verdade, esse material, nós temos dado aos aparatos policiais para que eles identifiquem, sim. E as aulas que esses policiais estão recebendo das indústrias é a coisa que nós fazemos normalmente nos portos e aeroportos. Olha, eu vou dar uma idéia para o senhores



de como isso é benéfico. Nós temos feito encontros nas alfândegas de todo o Brasil — Paranaguá, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu, Santos e uma infinidade de outros. Aí, o que é que acontece? Chegam lá as indústrias, apresentam os problemas delas e dizem: “O meu produto é esse. Eu quero dar aqui um laudo que permita a vocês identificar... um manual que permita a vocês identificar a falsificação no meu produto” — todo mundo preocupado. Mesmo com isso, olha só o que acontece. Nós fizemos um evento no Rio de Janeiro e a Philips tentou mostrar o problema de falsificação de lâmpadas Philips que estavam ingressando no País. Um inspetor da Receita, uma semana depois, com o pessoal dele, pegou 2 milhões de lâmpadas Philips automotivas. Dois milhões, numa simples importação. Sabe o que é 2 milhões, o que representa 2 milhões de lâmpadas Philips? É a produção mensal da Philips do Brasil. E os 2 milhões de lâmpadas foram periciados. Então, sabe o que é engraçado? Elas diziam que tinham dois filetes — tinham um só. Elas diziam que tinham ISO 9003 — falso, também não existe, aquilo era mentiroso. Era mentira em cima de mentira. E o pior, foi feito um teste nelas. Nenhuma suportou mais do que 1 hora de uso. Então, você imagina, como é que você vai pôr uma lâmpada no seu carro, para fazer uma viagem, e vai chegar apagado, se a sua viagem for superior a 1 hora? E agora foi tudo destruído, lógico. Aquilo vai para o pátio, é destruído. Então, se me perguntam: “Como é que fazem esses eventos, nas alfândegas?” Mostrar para aquele pequeno povo que está ali trabalhando, abrindo contêineres, como é que se identificam os produtos, onde está a fraude. Por quê? Você pergunta: “As alfândegas não estão produzindo muito bem?” Não, não estão. Mas sabe por quê? Eles têm uma carência de pessoal que é uma coisa bárbara. Existe um relatório, feito pelo UNAFISCO, dizendo quanto precisa ter uma alfândega de funcionários e quanto têm. Por exemplo, nós temos uma alfândega aqui em Recife, aqui em Pernambuco, no Porto de Suape, que tem 2 funcionários. O que 2 funcionários vão fazer em uma alfândega? Isso é piada. Quer dizer, o que eles vão fiscalizar? Vai num porto, por exemplo, como o de Santos, precisaria lá 3 mil e não sei quantos funcionários. Tem lá 517. Você vai para outro, está precisando de 800 funcionários e não sei o quê. Tem 80. Não dá para trabalhar assim. Não dá! Inclusive, nós discutimos muito esse assunto, quando veio o canal verde e amarelo e vermelho e essa vinha azul, porque foi o sistema moderno de importação. Mas



acontece que eu penso: aquilo é um jogo. Então, o que acontece: a mercadoria, você vai lá e registra uma importação que você vai fazer, uma exportação. O que acontece? Caiu no canal verde você segura, não caiu você desiste dela e vai fazer de novo. É um joguinho aquilo. Noventa e nove por cento das importações brasileiros vem tudo canal verde, ou seja, não se fiscaliza nada. Por quê? Porque eles não tem jeito. Então, o mínimo que dá para fazer é levar esse pessoal ao cais e dizer: aquilo que passar por vocês pelo menos examinem aquilo. Porque se nós fôssemos examinar verdadeiramente todas as cargas que chegam no Brasil, nós íamos reter fraudes e mais fraudes e mais fraudes, porque não existe só a fraude de trazer um produto e dizer que no produto tem 1.500, mas na verdade, dentro do contêineres tem 5.500, isto é uma fraude. A outra que eles fazem também, eles jogam sobre outra classificação fiscal. Um dia chegou um (*ininteligível*) e me perguntou: “Escuta, eu vendo minha agenda italiana por 10 reais, o fulano está vendendo a mesma agenda, aquelas personalizadas, que vem da Itália, por 4 reais, como é possível isso?” Aí fui fazer uma investigação peguei outro, ele vendia agenda da seguinte forma: ele importava tudo como livros de brochuras que não incidem um centavo de imposto. Então, assim é fácil. Os problemas dentro das alfândegas são imensos. Você quer mandar o produto para qualquer país ou receber aqui, existem fraudes e mais fraudes. Mandar também por outras classificações fiscais, ele diz que tem tal negócio, você vai ver. Outra coisa, normalmente esses contêineres, quando abrem, eu abri um contêiner dentro do armazém alfandegário do Paraguai, lá em Paranaguá, eu abri o contêiner tinha lá panelinhas. Depois quando tirei as panelinhas, aí tinha aquele mundaréu de cigarro. O Murilo, inspetor do Porto do Rio de Janeiro, pode dizer a vocês. Pegamos uma quantidade imensa de pufes, pufes para sentar, esse pufe chinês, bonito, tal. Então o que acontece, dentro de cada pufe, oito pacotes de cigarro. Deu para entender? Então, esse é o grande problema. Os pacotes todos acondicionados ali direitinho. Então, existe muita fraude em importação e fraude em exportação. Agora, por exemplo, querem ver uma coisa. Temos feito apreensões em Foz do Iguaçu de produtos brasileiros que estão indo para o Paraguai. Mas aí diz: “Isso é o inverso, tem que pegar o que vem de lá para cá.” Não, isso tem funcionado de maneira magnífica, sabe por quê? Porque vão os insumos para lá. Nós pegamos vários rótulos e etiquetas de cigarros





que vão para lá e vão como papel, gráfico e volto como produto, pronto. Esse é o grande problema. Vocês pegam, por exemplo, um monte de tabizinhos — tabizinho é aquele negocinho que vem no... —, pega aquele courinho que vem na calça, vai tudo para lá, assim, prontinho, aí volta em calça pronta. Deu para entender? Com as marcas Levis, Lee, aquelas marcas tradicionais, tal. Então, as fraudes são imensas. E nós temos que arrumar caminhos para combater essas fraude. Então, por isso que digo, a respeito da sua pergunta, Deputada, que indaga sobre os portos, a situação é essa: são fraudes e mais fraudes, e uma carência absoluta de pessoas. Eu não trouxe, mas prometo na próxima trazer os números, vocês vão ficar assustados. O Porto de Itajaí precisaria de 400 e tantas pessoas, tem 12. É coisa assim para... Entendeu? Se meia dúzia ficar em casa e a outra meia dúzia for lá não vai conseguir fazer nada. Então é um negócio indescritível. Se vocês convocarem o Presidente da UNAFISCO, ele vai dizer isso a vocês. Eu acho que a Receita tem trabalhado, sim, ela tem punido, ela tem comparecido aos assuntos pertinentes a fraudes e falsificações oriundas do País. Dificilmente você convoca as empresas. Olha, além de se fazer essa limpeza nesse varejo, bares e padarias que vendem cigarro, a Receita está indo lá e multando com importâncias de 1 mil a 5 mil a padaria que estiver vendendo cigarro do Paraguai e está multando firme. Por isso que digo: o que não há é gente. Mas esse trabalho devia estar mais... Mas não tem gente, não tem gente. O Poder Público aqui no País tem um problema que é pessoal. Esse problema é que gera tudo isso. É lógico isso é bom, contratar nesse momento, tudo bem, eu acho que se não dá para contratar tem que arrumar outra saída. Agora, a propósito da pergunta do nosso Relator, se eu teria nomes, tenho, eu vou dizer a vocês uma coisa: as empresas brasileiras, por exemplo, têm um hábito comum. Nós gostaríamos... Veja bem, eu acho que a concorrência é a coisa mais saudável que existe no mundo. Acho que concorrer, chegar lá, tentar vender, não vendeu, aí vem outro oferece, você baixa o seu e começa e tal, acho isso maravilhoso. Concorrência é aberta e para todo mundo. Agora a concorrência desleal é altamente danosa, e os fulanos para a prática de concorrência desleal usam os maiores artifícios do mundo. Você imagina o seguinte: eu peguei uma importação de rolamentos de uma empresa, estava importando rolamentos da Mercedes-Benz, no valor de 50 dólares, estava importando a 11 cents, 12 cents de dólar. Gente, não adianta você falar:





“Bom mais ele tem 20% de...” “Eu paguei os impostos.” Pagou. Vinte por cento de IPI, 20% de imposto de importação, 18% de ICMS, tudo em regime cascata, imposto sobre imposto. Sobrou nada, nada. Concorda comigo? Sobrou nada, nada. Esse é o problema. Agora, qual o trabalho que nós fazemos dentro das alfândegas? Dar preço FOB para eles. Eles tem que saber, porque o fulano que está abrindo lá, eu pega aquela documentação, se ele é muito vivo, ele pode sonhar, mais tem produtos que ele olha e ele não sabe dizer. Se eu disser para ele que uma agenda personalizada por 10 *cents* é o preço lá fora, ele acredita. Então, ele tem que saber o preço, tem dar um preço. Então, assim é qualquer produto que passe por ali, tem que ter um preço FOB. Não imaginem os senhores que as alfândegas vão fazer alguma coisa se elas não tiveram a base da essência do trabalho delas, conhecimento. Então, nós temos que fazer isso. Nós fazemos esse trabalho em todas as alfândegas brasileiras e todas têm reagido de maneira satisfatória. Agora se pergunta: passa lá pelo Paraguai muita coisa? Passa, sim, pela alfândega de Paranaguá. Por quê? Porque eles não têm condições de examinar todos os contêineres. Eles não têm gente para isso. E depois tem aqueles contêineres que estão no canal verde que você não pode mexer. O do vermelho, você examina documento e mercadoria, o amarelo você examina só os documentos e o verde você não examina nada. Inclusive a ABCF fez uma briga contra isso. Nós ingressamos com uma ação civil pública na Procuradoria do Rio de Janeiro impedindo que a coisa continuasse dessa forma, porque tinham contêineres que você imaginava ter ali... pacotes que você imaginava ter ali armas e não podia mexer, porque o Sr. Everardo Maciel não queria que mexesse, porque estava no canal verde e tem que ser respeitado. Um dia até me falou uma coisa num evento do jornal *Valor Econômico*, não sei onde foi. Ele falou: “*Mas o Porto de Hamburgo, por exemplo, tem lá esse sistema. Esse sistema é maravilhoso, é um sistema mundial, esses canais verdes.*” Só que no porto de Hamburgo tem 9 mil fiscal. Aqui, se reunirmos a Receita do Brasil inteiro, não reunimos isso. Quer dizer, essa é a verdade, não podemos viver dentro da mentira, nosso sistema é outro. Quando eu digo muitas vezes que nós temos ainda alguns momentos tupiniquins, nós temos mesmo, porque ainda não atingimos um grau de sofisticação, porque não podemos. Por quê? A economia do País. Se fôssemos um país de Primeiríssimo Mundo, estaríamos com os portos



cheios de fiscais e tal, como todos nós gostaríamos. Então, nós estamos convivendo com problemas aqui. Também não quero deixar, quero fazer uma ressalva aqui, porque no início abri dizendo da corrupção policial, fiscal e tal e tal. Olha, gente, se tem alguém aqui que trabalha com polícia há 32 anos, sou eu. Eu, desde que me formei, cuido de falsificação. Vou dizer uma coisa para vocês: ninguém aqui, e se tiver alguém que me conheça, sabe o quanto eu prezo a Polícia, respeito Polícia, gosto de Polícia, tenho amigos policiais, sou padrinho de filhos de policiais. O fato de eu dizer isso, eu não estou querendo desmerecer a Polícia. Eu acho que, se nós pegarmos a Ordem dos Advogados e sacudirmos ali, sobra pouca coisa também. Vocês estão vendo o que tem de advogado enfiado em xadrez, levando telefone celular para dentro da cela. Olha, isso aqui é geral, é em tudo quanto é setor de atividade. Nada de dizer que todos os engenheiros são honestos, porque vocês sabem que não são, tem uns que constróem castelo de papel, e sabemos disso. Nós temos médicos que são mais açougueiros que médicos. Então não adianta, não vamos ficar discutindo isso aí. O que digo é o seguinte: existe a corrupção e ela tem que ser banida. Agora, enquanto ela não é, nós precisamos ter instrumentos para poder manejar isso daí, porque a situação do País está cada vez mais sufocada. O brasileiro está consumindo porcarias dia-a-dia. Se você pega uma filmagem, por exemplo, de TV e diz... Sabe uma coisa que eu bato muito, mas bato constantemente? Eu não entendo como as gráficas brasileiras não sofrem fiscalização de autoridade nenhuma, nenhuma. Eu vou me permitir mostrar uma gráfica que estava fazendo selo falso, que nós pegamos lá 33 milhões de selos falsos. Quero mostrar já com a marca CIBRASA, destinada a uma fábrica de cigarro no Rio de Janeiro. E dentro da gráfica tinha títulos da dívida interna, títulos da dívida agrária, títulos da dívida pública. Está cheio, se até puder dar um *play* nesse..., vão assistir isso em 2 segundos e vocês vão ver como é que é a coisa. Quer dizer, dentro dessas gráficas, campeiam, aí, encartes de CDs, encartes disso, capas de DVD, tudo. Ninguém fiscaliza gráfica neste País. Se fiscalizasse, a coisa seria outra.

*(Exibição de vídeo.)*

Isso aqui é só para vocês verem que ninguém fiscaliza gráfica. Lá dentro tinha tudo. E, olha, eu tenho feito algumas apreensões com a Polícia em gráficas do interior do Estado do Paraná, principalmente. Nós fizemos uma operação, em



Londrina, de rolamentos, com a Polícia Federal local, foi a coisa mais engraçada do mundo. Nós pegamos lá 3 caminhões de rolamentos, rolamentos chineses, húngaros e ucranianos e que vinham lá sem marca nenhuma. E o mais engraçado é o seguinte: é que o delegado lá, com ordem judicial, monitorou o pessoal lá. Nós pegamos só de embalagem, ou seja, só de caixa para pôr o rolamento dentro nós pegamos 600 quilos, mais de meia tonelada de embalagens. Engraçado que na tratativa tive oportunidade de ver, naquela degravação, ele está com um outro lá e diz assim: "Muito bem e quanto você me faz o rolamento tal?". "Ah, eu te faço tanto." "Mas eu pago só tanto." "Tá bom, tá bom." "Então, você me manda 800 rolamentos." "Tudo bem. A propósito, que marca você quer?" Vê se é possível isso, quer dizer, ele vai gravar a marca ali. Ele combina, primeiro, o preço, o produto, porque é tudo preço aviltante. Então, aí que eu digo para vocês que a coisa é pesada. Nessa circunstância, nós estamos completamente desamparados. Eu acho que devia haver uma força-tarefa em gráficas de todos os Estados da Federação, saber o que estão fazendo. Nós debelamos também com a Polícia Civil de Foz do Iguaçu uma gráfica recente agora, coisa de 2 meses, ela fazia produtos da Philips, da Bosh. Nós elencamos, eram 12 produtos diferentes, de embalagens, que eram mandados diariamente para o Paraguai, para eles colocarem aquelas porcarias e voltarem para o Brasil. Essa é a situação, até porque o Paraguai realmente não tem uma indústria gráfica sofisticada como temos no Brasil. Então, eles faziam uso das nossas gráficas. Aqui, sim, as nossas gráficas são capazes. Você vê que eles reproduzem... o brasileiro reproduz dinheiro aí com tanta... dólar com tanta primazia que, às vezes, o pessoal do FBI vem aí para ver e fica admirado com a forma pela qual se reproduzem os dólares aqui. Eles são capazes. Se tem uma indústria no Brasil que é forte, trabalha e é atuante, é a indústria gráfica. Bom, o que acontece? A propósito desses selos, vocês viram que 33 milhões de selos falsos já com o nome da CIBRASA, tal. Isso daí não é nada, porque venho acompanhando a CIBRASA desde 88, 90 e ela sempre trabalhou assim e continua trabalhando assim. Em 88, ela já estava... CIBRASA é a fábrica de cigarro no Rio de Janeiro que ia fazer uso desse selo. Essa CIBRASA, por exemplo, é uma fábrica de cigarro estabelecida no Rio de Janeiro. Tem as suas marcas, tem as suas marcas Tetra e outras marcas que ela tem lá para produção de cigarros. Só que ela faz o seguinte: ela pega os seus



cigarros, pagode e outros lá, e ela insere selos falsos e sai vendendo aí. Bom, o que acontece? Desde que eu a conheço, eles estão dizendo: *“Não, ela vai fechar. Ela está com o maquinário dela todinho apreendido pela Receita Federal. Está para ir a leilão. Ela está praticamente morta.”* Isso me falaram em 89. Nós estamos em 2003, e ela está atuante como nunca, quer dizer, não fecharam, não vão fechar e vão fechar jamais isso daí. Então, o grande problema. Eu fiz umas apreensões em indústrias aqui que estavam com selo falso, vendendo cigarros, mas eu fiz apreensão de caminhões, só caminhões e depósitos, a ABCF realizou aí de uns 2 anos para cá. Vocês querem ver? Nós pegamos 450 caixas em Caruaru da marca Tetra, CIBRASA. Em Maceió, pegamos mil caixas de cigarro da Indústria e Comércio Rei. Ah, que engraçado! Vou parar para mostrar uma coisa para vocês. Quem é o dono da Rei? O dono da Rei é o rei do petróleo, Ari Natalino, aquele que todos vocês conhecem, o maior fraudador de petróleo no País. Esse fulano foi alvo da CPI do Roubo de Carga, não foi? E a CPI determinou que ele fosse preso, que fosse quebrado o sigilo fiscal e bancário dele e tal. Ele foi no Supremo e revogou isso daí. Eu quero saber como é que possível isso? Então, nós temos uma briga com a Justiça também. Eu imaginei que naquela oportunidade fosse acontecer. Mas nós fizemos uma investigação tão bem feita em cima dele. Fomos lá para o Uruguai, descobrimos as duas *off-shores* que ele tem lá, e aí a coisa foi outra. Dessa vez foi feita uma denúncia, mostrando a evasão, depósitos no exterior. Aí ele pagou, porque está preso até agora. Desde a última prisão dele, não há quem tire ele de lá. Ele foi outro dia beneficiado com uma liberdade condicional, que foi cassada imediatamente. Então, por isso que eu digo: ele continua preso. Então, ele diz que está doente e que precisa ficar mantido no hospital, porque ele tem problemas graves de saúde, que eu até acredito, um homem que vive o estresse e o nervosismo dele deve ter. Só que ele está lá no hospital, não importa, vai para casa, fica em casa... Então, não, ele foi mantido no hospital para não ter esse negócio de prisão domiciliar e está lá até agora. Então, é o que digo: de vez em quando eles encontram a coisa, eles encontram. Agora, vejam bem uma coisa que queria dizer aos senhores. Vou ler aqui algumas coisas rapidamente, se me permitirem. Eu vou entregar, depois, essa relação para a CPI. Aqui pegaram, em Uberlândia, 310 caixas de cigarros das marcas Sabre, Lexo, Yes, da empresa Itaba. Essa empresa Itaba é



useira e vezeira em uso de selo falso, é useira e vezeira; já teve apreensões nos depósitos Ouro Verde e outros lá em Pernambuco, é de um tal de Edísio. E nós temos até um programa na televisão, no *Fantástico*, em que aparece fulano entrevistando o sócio dele, que é irmão dele, que diz assim: *“Bom, para trabalhar aqui o lema é o seguinte, é nota fria e selo falso. Então, aí você vai ganhar mercado, porque aqui nós...”* Então, é incrível, essa é a situação. Quer dizer, fulano está lá, está pegando cigarro, produzindo e distribuindo com selos falsos, sem nota, não sei o que lá. Então, veja como é que é a coisa também, eles ficam vendo esse mercado paraguaio, acham que não há uma sanção para tomar, eles começam a fazer aqui também. Nós temos um caso grave também da SUDAN, que era uma empresa tradicional de cigarros, era de um grupo de portugueses, gente lá da antigüidade e tal que, num determinado ponto, virou uma sociedade que foi incorporada por 2 chineses e mais alguns brasileiros. Esses chineses provenientes de São Francisco. Em 1993, eu denunciei que eles estavam fazendo exportações simuladas, ou seja, eles criavam documento de exportação, entravam no SISCOMEX, mas os produtos não iam, só ia papel, o produto eles já jogavam no mercado interno aqui. E aí o que acontece? Nós provamos, e eles foram condenados, na época, a 1 milhão de dólares de multa, que era 1 dólar a 1 real e tal, era isso. Aí eles não pararam com essa farsa, não, eles continuaram. Inclusive a Lei nº 7.903 estabeleceu os crimes de sonegação fiscal, a Lei do Colarinho Branco e tal. Mas aconteceu um fato engraçado, essa lei foi transformada no Governo do Fernando Henrique, quando Ministro, que estabeleceu o seguinte: que se você deve à União, você parcela, não importa em quantos meses, 80, 100. Pagou a primeira, está extinta a punibilidade. Então, essa excrescência da lei acabou com a lei, e aí hoje ninguém tem medo de sonegação por isso. Por que fulano não tem medo de sonegar? Porque ele vai lá, paga a primeira parcela e fica por isso mesmo. Por isso que eu acho que nós devíamos voltar, retroceder e ter uma lei firme para a realização desse trabalho. Essa SUDAN, agora, recentemente, foi condenada por uma outra denúncia que nós fizemos, porque ela continuava só exportando produto, simulando exportação de produto, só que não mais para o Paraguai, e sim para o Uruguai. E o delegado pegou muito bem esse assunto, lá em Santana do Livramento. E, olhem, ela foi condenada a 123 milhões de reais. Mas ela não pára, continua aí, ela tem a fábrica



no Brasil e tem uma fábrica no Paraguai também. A gente, quando pega o produto dela aqui no mercado, não sabe se vem do Brasil ou do Paraguai, porque são iguais. Então, essas coisas todas é que eu digo que está na hora agora de se fazer uma limpa nisso, de pôr ordem na casa. Além dela, temos também outras empresas aqui. A CIBRASA é useira e vezeira nisso, e a indústria Tabacos Rei, que é do Ari Natalino, é useira e vezeira nisso. Essa CIBRASA é mantida por duas *off-shores*: a Haulover e uma tal de Ricley(?). E quem é o procurador da empresa aqui no Brasil? Da Ricley(?), que toca aqui, é o Lindemberg da Mota Silveira. Quem é o Lindemberg da Mota Silveira? É um senhor que mora aqui em Brasília, que é ex-procurador da Fazenda Federal, disse que tem um livre trânsito dentro da Receita e está lá, é o procurador e era advogado de todas as empresas que faziam arte. Agora ele virou empresário, passou esse assunto para uma outra procuradora, uma jovem advogada. E aí continua o negócio. Tinha uma outra, Sulamericana de Tabacos. Essa empresa é outra barbárie também para usar selo falso. Agora, a prática mais engraçada que eles estão usando atualmente, como começa a se pegar muito selo falso, eles inventaram uma coisa maravilhosa, que vou mostrar a vocês, são selos fantasia. Eu nunca tinha visto isso. Selo fantasia é o seguinte: ele põe o selo assim, que não é nada, é um selo que ele inventou. Ele põe aqui CIBRASA e pronto. Quer dizer, não existe... Não, isso é selo falso de exportação do Paraguai. É um selo fantasia, quer dizer, ele inventou. É para vender no mercado brasileiro, ele pega esse selo... Não, mas estou dizendo: eles produzem lá no Paraguai. Olhem, no Paraguai, tem empresas que produzem...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor me permite, Dr. Fernando, fazer uma pergunta?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor está falando da empresa CIBRASA, é uma empresa que tem a sede no Paraguai.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Não, tem sede no Rio. Estou falando da SUDAN, que tem sede no Paraguai.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor estava falando da SUDAN, mas o senhor falou da CIBRASA também, que fabrica no Paraguai. Eles têm marcas próprias de cigarros lá?





**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Têm. Normalmente eles falsificam, mas tem as marcas deles que são produzidas lá também. Quando criaram-se essas trinta e tantas empresas no Paraguai, com aquele problema, elas muitas foram daqui. Nós temos empresa de brasileiros lá. Então, o que acontece? Estão lá. Temos, olha, por exemplo, essa Comexport, é uma das empresas que está lá, ela produz Derby, por isso é um desses Derby. A Schelp Tabacos produz um desses Derby; a Tabacalera Boquerón, que é desse tal Domínguez Dibb, produz um Derby. A Tabacalera Central produz o Derby, a Tamaso(?) produz o Derby. Quer dizer, porque...

**(Não identificado)** - O Derby originalmente de quem é?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - O Derby?

**(Não identificado)** – Originalmente, de quem é essa marca?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - É da Souza Cruz. Agora, essas mesmas empresas fazem também cigarros, Malboro, da Philip Morris, fazem a Mistura Fina e outras marcas, quer dizer, eles fazem várias, estou citando uma como exemplo, eles fazem marcas da Philip Morris, e quando você...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Doutor?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - O que eu havia lhe perguntado, quer dizer, em nenhum momento se examinou da conformidade de fabricação de nenhum desses cigarros. Essa questão não é examinada nunca. Eu havia lhe perguntado antes. Acho que o senhor esqueceu de responder. Quer dizer, a conformidade na fabricação do cigarro não é exigida nem examinada nunca?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - No Paraguai não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Não, no Brasil.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Ah, no Brasil sim, a ANVISA controla a produção de cigarros, ela controla o teor de alcatrão, ela controla os ingredientes que vão dentro do cigarro.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Não, controla não, deveria controlar. Do jeito que o senhor está colocando não controla.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Não, ela controla. O que acontece é o seguinte: as empresas levam e obtêm o seu cadastramento na ANVISA, a ANVISA faz as exigências e eles cumprem. Agora, tem fábricas aqui no Brasil, por exemplo,



como a CIBRASA, não tem um caso dele controlado pela ANVISA, nunca mandou um para lá, a Rei nunca mandou um cigarro controlado pela ANVISA.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Qual é a marca de cigarro legal que produz essa tal de CIBRASA?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Ah, são várias. Tem até um elenco grande de marcas.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Ela produz cigarro falso também?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Olha, eu não peguei cigarros falsos, eu peguei selos de cigarros falsos nos cigarros dela, entendeu?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, por que o selo, se a marca não é falsa, por que o selo tem que ser falso?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Ora, porque o selo de cigarro é o que custa, porque você vai pagar esses selos para a Receita.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - É claro.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - O valor dele é 78% de imposto. Se você não tem selo e põe um aí, está com um preço maravilhoso no produto.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - O cigarro, o IPI é caríssimo.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - É caríssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Doutor, só o seguinte, a ANVISA, então, na realidade, ela homologa a fabricação. É o que o senhor está dizendo, o fabricante que quer fabricar um determinado cigarro faz um requerimento à ANVISA, homologa a permissão de fabricação daquele produto?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Isso está muito certo, porque é um produto de consumo, tem que passar pela ANVISA.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, ela faz só homologação, ela não deve fazer o acompanhamento na praça.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Não. Ela deve fazer exigências e testes que eles fazem e aprontam. Eu não sei, verdadeiramente, não poderia dizer no que resulta todos os trabalhos que a ANVISA faz, ela controla os teores, controla tudo.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dr. Ramazzini, é porque, na realidade, Deputado Júlio, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária é um órgão



federal. Cada Estado tem a sua Secretaria de Vigilância Sanitária, que pode também estar municipalizado, os Municípios também podem ter ou então um braço da Secretaria Estadual. Cabe a ele...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas aí nem é a Vigilância Sanitária, são os institutos ...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não. Medicamentos, alimentos, cabe à Vigilância Sanitária dos Estados fazer o controle de qualidade daquilo que está no mercado à disposição dos consumidores.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Em convênio com a ANVISA.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Em convênio com a ANVISA. A ANVISA regulamenta os critérios, as normas, concede o registro para as indústrias de cigarro produzirem e tem que fiscalizar a indústria, e as Secretarias de Vigilância Estaduais é que deveriam fiscalizar o produto que se encontra no mercado ...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas me Parece, Deputada Vanessa, que aí tem um nó que nós, da CPI, temos que ajudar a desvendar. Quer dizer, porque do jeito que o senhor está colocando, não há controle, nem fiscalização nenhuma. Isso aí é uma bagunça do jeito que o senhor está ...

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Não. O que estou dizendo é o seguinte: uma coisa é o controle do selo, que cabe à Receita, outra é o controle do cigarro, que cabe à ANVISA.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas o que me referi exatamente é o controle de qualidade do cigarro, que também é uma causa tão preocupante quanto o controle dos impostos, quer dizer ...

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - É de se imaginar que, pelo menos no que tange à qualidade, nós tivemos a cautela de fazer um exame também desses cigarros brasileiros, não são aqueles cigarros paraguaios — deu para entender? —, são cigarros que passariam, pode ter uma alteração ou outra, mas que não é nada impertinente. Quer dizer, chegamos a fazer isso também, examinarmos esses cigarros para ver se eles estavam produzindo a nível paraguaio, mas não é verdade. Quer dizer, o cigarro, não estou questionando isso. O que estou questionando é a venda desses cigarros sem selos. Ou seja, a sonegação... Não basta que o Paraguai gere um prejuízo para a União de 1 bilhão e meio, porque eles estão



gerando outro 1 bilhão e meio aqui também em não pagando impostos, não é verdade? Essa é uma situação de fato. Além dessas empresas aqui ...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Para tirar uma dúvida, Dr. Ramazzini. A empresa que é mantida pela *off-shore* é a CIBRASA ou a SUDAN?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - As duas e tem a Rei também.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Qual tem como procurador esse Sr. Lindemberg?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - É a CIBRASA.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - A CIBRASA.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Ela é mantida pela Ricley(?) e Haulover, e ele é...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sede onde as *off-shores*?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Não, Haulover, não. Estou fazendo confusão... É que essas *off-shores* têm nomes difíceis, mas posso ver aqui.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - As sedes delas são onde?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Uruguai, outra nas Ilhas Virgens. Agora, eu acho que não tem nada eles terem essas *off-shores*, eu acho que todo mundo pode uma *off-shore* lá fora, só basta declarar aqui, eu duvido quem declare alguma coisa, não é verdade? Esse é o lado da questão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Porque certamente elas servem para esquentar o caixa dois. É um produto da sonegação.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Lógico, natural. Acho que ter uma *off-shore* não tem problema, o grande problema é esse que estou falando. Acho, inclusive, o seguinte: existem outras empresas também, uma tal de Fenton, que não tem registro nenhum na ANVISA, não faz nada, opera ilicitamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Tem o endereço dela?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Tenho o endereço de todos, Rio de Janeiro também. Essa SUDAN, de São Paulo, é um negócio terrível também ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - São Paulo ou do Rio?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - São Paulo. SUDAN é em São Paulo, a Rei é no Rio, a CIBRASA é no Rio, a Fenton é no Rio. São as empresas mais atuantes desse mercado paralelo e vou passar o endereço, vou passar tudo, não há dúvida,



porque estou aqui realmente para fazer as coisas bem às claras, não tenho razões para... Agora, o que acontece é o seguinte: estamos sempre encontrando atrás dessas empresas *off-shores*. Por exemplo, a Indústria e Comércio Rei, a Rei é formada pela Haulover e pela Ricley(?) e quem é o representante legal dela no Brasil é o Lindemberg da Mota Silveira. Então, eu acho que a situação é essa, agora, ele deveria ser chamado aqui. Na verdade...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** — Esse Lindemberg representa a Rei e a CIBRASA?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** — A CIBRASA, sim; a Rei é de propriedade do Ari Natalino. Deixe-me pegar aqui. Olha. (*Pausa.*) Ele conseguiu uma grande aventura: cheirar o cigarro e continuar em pé. Ele está sentado, não é? (*Pausa.*)

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** — Lindemberg da Mota Silveira.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** — Da Mota Silveira. É um ex-procurador da Fazenda Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) — Lindemberg o quê? Você anotou ele aí, não é?

**(Não identificado)** — Está anotado. Vamos pedir, vamos convocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) — Vamos agradecer ao Dr. Fernando?

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** — Um minutinho só, que estou concluindo. Eu queria dizer aos senhores o seguinte: eu tenho ainda nomes para deixar aqui. Vou deixá-los. Quero inclusive deixar também os nomes dos brasileiros que têm fábrica no Paraguai. Quero deixar tudo que puder ser interessante para esta CPI. Aqui está: a CIBRASA tem como *off-shore* a Ricley(?) Internacional Sociedade Anônima, em Montevideo. O seu representante no Brasil é o Lindemberg da Mota Silveira. Na caso da Rei... A Rei são duas empresas: Indústria e Comércio Rei e a Haulover está no Uruguai e tem como seu proprietário da Haulover, que foi apreendido com ele, o Ari Natalino. Agora, nós temos outras empresas *off-shore* aqui, que envolvem inclusive esses sócios da SUDAN, tal, eu preciso passar com calma. Agora, quero dizer aos senhores o seguinte: numa apreensão feita recentemente aí com o... uma parada que a Polícia Federal deu com o Ari Natalino,



foram encontrados com ele recibos onde ele atesta como dele, que ele retirou com advogados os documentos da Haulover, que é de sua propriedade; e mais, depósito na conta do Banco de La Nación Argentina, em Montevideo, em nome de uma empresa Transaf, dele, e outros documentos que o comprometem tremendamente. Aliás, diga-se de passagem, essa é a razão que nós conseguimos a detenção dele lá. Eu quero dizer o seguinte: eu não sei até que horas eu tenho. Eu pedi 10 minutos e já falei 4 horas, mas quero saber o seguinte: eu preciso deixar em aberto para outras perguntas, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) — Vamos fazer o seguinte. O Fernando Ramazzini está à nossa disposição para prestar outros depoimentos. Ele concordou, em sendo convidado, e vai ser convidado para prestar outros depoimentos. Ele entregou..., fez um depoimento vivo, atuante, com provas, com argumentos. E nós vamos trabalhar em cima disso. A Comissão vai receber o teu material e aí vamos ver que destinação daremos, que tipo de atitude nós tomaremos. Seguramente, isso vai nos levar a ter uma série de atividades, Fernando. Então, eu quero te agradecer e, oportunamente, eu espero que brevemente, você nos ajude, você continue aqui trabalhando conosco.

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** — Pois eu virei quantas vezes for convocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) — Está bom? Não é isso? Nós queremos agradecer profundamente a sua vinda, o trabalho que você fez, a sua exposição ajuda muito a Comissão. Você prestou uma inestimável ajuda à Comissão e ao Brasil e nós então vamos, depois, reunir a Comissão e tomar algumas decisões. Está bom? Você tem algum material para me repassar, alguma coisa? *(Pausa.)* Então, depois você...

**O SR. FERNANDO RAMAZZINI** - Não, eu posso lhe dar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Está bom. Depois você me dá. Então, eu pediria o seguinte aqui: que ficasse só a Comissão, porque a gente vai tomar algumas medidas aqui. Por isso, eu gostaria que ficasse só a Comissão. Tudo bem? *(Pausa.)*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**COM REDAÇÃO FINAL**

**Nome: CPI - Pirataria**

**CPI - Pirataria**

**Número: 0929/03**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

**Data: 08/07/03**